



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Pimentel Mélo, Ricardo

OS DESAFIOS À FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: GOVERNAR A POPULAÇÃO?

Psicologia & Sociedade, vol. 25, núm. 2, -, 2013, pp. 476-477

Associação Brasileira de Psicologia Social

Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309328218025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Resenha

OS DESAFIOS À FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: GOVERNAR A POPULAÇÃO? *CHALLENGES TO THE FORMATION OF PSYCHOLOGISTS: GOVERNING THE POPULATION?*

Ricardo Pimentel Mélllo

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Resenha de

Guareschi, N. M. F. et al. (2010). *Psicologia, formação, política e produção em saúde*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 317 p.

Este livro, organizado por Neuza Guareschi, logo interessa por unir em seu título termos importantes: Psicologia + Formação + Políticas + Produção em Saúde. Muitos de nós estamos cansados de ir a eventos que, muitas vezes, colocam em seus títulos e subtítulos “desafios à Psicologia”, sem que efetivamente abordem tal assunto de forma crítica. No caso do livro em pauta, os desafios estão presentes desde o título, na medida em que já indica quais serão os assuntos tratados com o intuito de colocar em revista a formação do psicólogo de modo sério e de dentro. Aliás, o livro é composto por um time de vinte reconhecidos e competentes pesquisadores, sendo dezenove da área da psicologia e um da enfermagem.

Os leitores são convidados a percorrerem textos bem escritos que irrompem em saber e criatividade, constituindo uma proposta política que conecta a formação do psicólogo à sua inserção nos meandros da produção de saúde, tanto para atuar no Sistema Único de Saúde quanto em outros campos do que vem se configurando como “políticas públicas”. Nestas políticas incluem-se programas às mulheres e crianças, sistema prisional e programas de educação. A proposta política desse grupo de autores, certamente, terá ecos que serão reconhecidos em futuros textos científicos referenciando esse livro, bem como em revisões curriculares sempre importantes nas “grades” dos cursos de Psicologia.

O livro consegue exemplificar, tanto na forma como os textos estão organizados quanto na direção dos conteúdos, uma organicidade política que mostra como se pode romper com os limites do que muitas vezes é ovacionado no campo científico: a autoria. Dessa forma, autores desfazem-se, na medida em que giram os holofotes deixando em evidência uma proposta política. As suas vozes em um discurso uníssono — bem aos moldes de Foucault que, inclusive, é um dos autores de referência — direcionam-se a uma função: questionar as práticas psicológicas em saúde desde a formação do psicólogo até sua inserção profissional no campo da saúde. Mostram-

nos que estes dois pontos (currículos e práticas profissionais), ressoam em outra proposta política que deve ser criticada por dicotomizar o psíquico e o físico, o indivíduo e a sociedade, a saúde e a doença, findando por privilegiar avaliações psicológicas patologizantes centradas exclusivamente na tentativa de caracterizar o que é normal e anormal. Os textos expõem e criticam o enfoque de práticas profissionais em psicologia focadas em um trabalho individual e distante das ações multiprofissionais, como as das propostas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Tal postura crítica pode ser constatada nos seis capítulos que compõem a primeira parte do livro, que tem como título “Psicologia, formação e saúde”. Nesta parte, temos uma pesquisa minuciosa sobre a grade curricular de seis cursos de Psicologia do Rio Grande do Sul. Uma leitura atenta logo indicará que não se trata de uma realidade desse estado apenas. A formação do psicólogo em nosso país, salvo uma ou outra cadeira isolada no currículo, está de costas para uma proposta de saúde coletiva, e como apontam os textos, os currículos não contemplam sequer os três princípios básicos do SUS: a universalidade (acesso indiscriminado de todas as pessoas aos serviços de saúde), integralidade (o atendimento deve ser integral como o ser humano, sem compartimentar, sem separá-lo em partes estanques), e a equidade (ninguém será alvo de tratamento preconceituoso e deve ser atendido conforme as suas necessidades). Conclui-se, de forma grave, que estamos formando psicólogos voltados a certo aplicacionismo de teorias, metodologias e testes, sem uma “implicação ética com a vida” (p. 152). Privilegia-se, assim, certa prática científica que insiste em separar a teoria da prática, reafirmando clivagens irreconciliáveis.

Na segunda parte do livro, que tem como título “Psicologia, política e produção em saúde”, temos nove capítulos em que o foco está, sem dúvida, na discussão tanto de políticas de governo quanto na inserção dos profissionais da psicologia nelas. Trata-se de um momento do livro em que somos convidados a questionar sobre a nossa atuação nas formas de governo, ou seja, na “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (Foucault, 1995, p. 244). São duríssimas as reflexões propostas para cada um de nós, principalmente os psicólogos, por nos colocar

no centro dos questionamentos das nossas próprias práticas profissionais.

Afinal, que estamos fazendo quando cada vez menos somos “profissionais liberais” e cada vez mais “agentes de governo”? Como afirma Neuza Guareschi: “falar de políticas públicas é falar de populações que devem ser governadas, milimetricamente planejadas e calculadas” (p. 182). Os textos também questionam a inserção de psicólogos nesta esfera governamental, onde o coletivo é entendido como sinônimo de pobreza (no sentido amplo dessa palavra, que vai da pobreza material à intelectual), e não como um direcionamento político que visa a questionar nossas teorias e práticas: “o coletivo é uma ameaça à racionalidade técnica das práticas psicológicas” (pp. 218-219).

Estão imbricados no campo da Saúde Coletiva temas importantes, tais como: Saúde da Mulher, Direitos Reprodutivos, Planejamento Familiar, Direitos Sexuais, Atenção à Saúde do Homem, Paternidade, Atenção à Mulher em Situação de Violência, Atenção às Crianças em Situação de Violência, DST e AIDS, Programa de Saúde da Família, Saúde para Travestis, Cirurgias de Troca de Sexo, Programas Públicos de Transplantes de Órgãos e Tecidos, Programa Saúde na Escola, Programas de Controle de Câncer (mama, próstata, colo de útero), Programa Brasil Sorridente, Saúde Mental, programas de atenção aos usuários de álcool e outras drogas e assim por diante.

Psicólogos são cooptados para implementar esses Programas em equipes multiprofissionais. E é por esta via que devemos entender as políticas de saúde pública como jogos de exercício de poder que criam diversos dispositivos (programas, por exemplo), estabelecendo e regulando condutas. Temos os programas de governo dirigidos às áreas da Educação, Saúde e Justiça onde também teremos a solicitação da colaboração de psicólogos.

No livro temos textos que se debruçam sobre alguns destes Programas: Saúde da Família, Saúde da Criança, Saúde da Mulher..

Até quando só seremos chamados na hora de implantar programas já elaborados previamente? Onde estamos no momento em que o movimento social organizado está em pleno debate nas chamadas “Conferências” (saúde, educação etc.)? Aliás, sabemos que elas existem? Cabe a pergunta que

abre o capítulo sete, tratando do sistema judiciário: “O que a psicologia tem a (se) ver com isso?” (p. 271). Essa pergunta contém outras: a Psicologia permanecerá patologizando e criminalizando? Em quais momentos dos cursos de formação de psicólogos discutimos esses assuntos? Continuaremos aceitando sermos chamados só para “reeducação”, internação, preparação para o trabalho, disciplinarização de jovens em conflito com a lei?

Talvez a pergunta fundamental desse livro seja: o que nós, psicólogos, estamos fazendo de nossas vidas profissionais no momento em que nos submetemos a concursos para sermos “servidores públicos”? Servidores de quem? Para quem? Para quê?

Em uma tarde ensolarada na cidade de Fortaleza, encerrei a leitura deste livro, mas não a vontade de voltar a lê-lo, de levá-lo a estudantes, colegas e amigos. O “efeito-autor” de um livro como esse é o de tornar-se implicante, multiplicando-se em vibrações diversas. Impossível de lê-lo sem questionar as nossas práticas “psi”.

Referência

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Recebido em: 26/10/2011

Aceite em: 02/05/2012

Ricardo Pimentel Mélo é Doutor em Psicologia Social (PUC-SP), Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará; integrante do Núcleo de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (PUC-SP). Endereço: Departamento de Psicologia - Av. da Universidade, 2762. Benfica. Fortaleza/ CE, Brasil. CEP 60.020-180. Email: ricardo_pm@uol.com.br

Como citar:

Mélo, R. P. (2013). Os desafios à formação do psicólogo: governar a população? *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 476-477.